

HOSPITAIS

Mudança na gestão da saúde reduz gastos do governo

Na unidade de Ponta Porã, foi verificada economia de 17%

OSVALDO JÚNIOR

A reestruturação da saúde pública de Mato Grosso do Sul tem reduzido os gastos e descentralizado os atendimentos, conforme avaliação do governo estadual. O recuo nos valores dos repasses chega a 17% - este é o caso do montante destinado ao Hospital Regional de Ponta Porã, onde o governador Reinaldo Azambuja esteve ontem para entregar dez novos leitos de Unidade de Tratamento Intenso (UTI). Mesmo com custo menor, a média de atendimentos cresceu 26%.

De acordo com o governo, essa equação - redução de despesas e melhoria da qualidade - decorre de parceria público privada (PPP), com unidades administradas por Organização Social de Saúde (OSS). Com esse modelo de gestão, estão sendo implantados 11 polos regionais em Ma-

70

LEITOS DE UTI foram inaugurados em todo o Estado. Na capital, foram 30 leitos de UTI adulto, sendo 10 em funcionamento desde 2015 no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, com investimento mensal de R\$ 450 mil para custeio. Os números são do governo do Estado.

to Grosso do Sul e descentralizando os atendimentos de Campo Grande e Dourados, ainda conforme o governo. Em se tratando de fronteira, o polo é o Hospital Regional de Ponta Porã.

"No Hospital Regional de



RESTRUTURAÇÃO. Ontem, o governador Reinaldo Azambuja visitou o hospital de Ponta Porã e entregou dez novos leitos de UTI

Ponta Porã, onde a Organização Social Gerir está atuando desde agosto de 2016, o número de consultas e atendimentos de urgência passou de cerca de dois mil em agosto para 4.734 em dezembro", exemplificou a assessoria de imprensa do governo. De acordo com a assessoria, a capacidade de atendimento do hospital avançou 26%. Outro resultado diz respeito à queda nos repasses mensais, de R\$ 2,3 milhões para R\$ 1,9 milhão - a retração é de 17%.

Outros números, informados pelo governo, mostram a melhoria dos atendimentos na unidade de Ponta Porã. Exames de endoscopia e tomografia, que anteriormente não eram realizados, somaram 374, sendo 137 e 237, res-

pectivamente. Após a instalação do novo modelo de gestão, foram feitas 102 cirurgias oftalmológicas somente no mês de dezembro. As ultrasonografias triplicaram entre agosto e dezembro, passando de 90 para 307.

Internações de pacientes que não necessitam de cirurgia mais do que dobraram, passando de 108 em agosto para 244 em dezembro, totalizando 847 internações no período. O mesmo aconteceu com internações de pacientes que precisaram de cirurgia, número que aumentou de 71 para 144 e totalizou 426 entre agosto e dezembro do ano passado.

REGIONALIZAÇÃO

"O Estado, em quase 40 anos,

nunca pensou no atendimento dentro de uma lógica regionalizada, sempre concentrou os atendimentos em Dourados e especialmente em Campo Grande", afirmou Reinaldo Azambuja.

De acordo com o governo, a implantação de polos regionais reduz dependência de Campo Grande e Dourados, desafogando as unidades de saúde dessas cidades. "Os municípios de Coxim, Nova Andradina Campo Grande e Dourados são os primeiros polos em que o governo do Estado está aplicando recursos e aparelhando a rede pública de saúde", informou a assessoria.

Coxim, por exemplo, recebeu equipamentos para o tratamento da hemodiálise,

conforme o governo. "Antes dessa reestruturação, pacientes tinham de percorrer mais de 500 quilômetros três vezes na semana para se tratarem na Capital. Hoje, o tratamento é oferecido no próprio município", disse a assessoria.

Nesse processo, o governo também articula com as prefeituras o aperfeiçoamento do projeto de regionalização dos serviços de atendimento de saúde. Este é o caso de Aquidauana, Jardim e Paranaíba.

Em Corumbá, a Santa Casa receberá investimentos do Estado para obras e equipamentos e também será uma unidade dos polos regionais de atendimento. **(Com assessoria de imprensa)**

CAMPO GRANDE

Falta de estoque deixa 360 sem insulina

NATALIA YAHN

Sem estoque de insulina, 360 pacientes com diabetes não têm acesso à medicação específica para controlar a doença há pelo menos dois meses, em Campo Grande. O grupo protestou ontem em frente ao Centro de Especialidades Médicas (CEM) e pediu agilidade da Secretaria Municipal de Saúde (Sesau) para que o medicamento seja entregue aos doentes.

Em nota, o órgão afirmou que distribui 1 mil refis de insulina Lantus (injetável) por mês, para os 360 pacientes que solicitaram a medicação judicialmente. Porém, em novembro do ano passado, ainda na gestão do ex-prefeito Alcides Bernal (PP), "foi solicitado o pregão eletrônico do medicamento e ele não foi finalizado, causando o desabastecimento. Ciente da necessidade, a atual administração reabriu o pregão em fevereiro deste ano e o empenho para o pagamento já foi efetuado nesta sexta-feira, dia 3". Ainda de acordo com a Sesau, o fornecedor tem dez dias para realizar a entrega do medicamento.

Para quem aguarda pelo remédio, o tempo de espera pode levar a complicações. É o caso da jornalista Jocicleyde Pecorari, 32 anos, que usa a insulina Lantus desde 2007. "Só consegui após ação judicial. É uma medicação melhor do que a distribuída no posto.



MANIFESTAÇÃO. Ontem, familiares de pacientes estiveram no CEM para reivindicar o medicamento

Me dá menos reação adversa e melhor qualidade de vida. Mas, como fiquei alguns dias sem, cheguei a ficar internada duas semanas atrás".

Ela vive com diabetes há 20 anos e usa quatro refis por mês - média de um por semana. Caso fosse comprar a medicação, teria de desembolsar R\$ 560 a cada 30 dias. "Todas as pessoas que buscaram a Justiça é porque não têm condições de bancar. É um remédio de alto custo, inacessível para a grande maioria que depende do Sistema Único de Saúde (SUS)".

Priscila Gimenez, 35 anos, está desempregada e mesmo assim precisou comprar três refis do remédio para a filha, Juliana, de apenas 9 anos,

que usa medicação desde os 2 anos de idade. "Ela não pode ficar sem. Eu entrei na Justiça porque ela usava a insulina NPH, que é distribuída no posto. Mas tinha muita reação, passava mal, não conseguiu se adaptar e não fazia mais efeito para ela, por isso mudamos para a Lantus".

Por conta da falta do remédio na rede pública, ela precisou comprar e gastou R\$ 346. "Eu consegui comprar duas vezes por R\$ 100, mas o preço é R\$ 140. A gente liga no CEM, vai lá, e sempre dizem que não tem, nem previsão. E não é só o remédio, mas agulha, insulinos, está tudo em falta. Eu vou ter que entrar na Justiça de novo", diz Priscila.

Os dois tipos mais graves

de diabetes são a "1", que é a condição crônica na qual o pâncreas produz pouca ou nenhuma insulina, e a "2", que afeta a forma como o corpo processa o açúcar (glicose) do sangue. A endocrinologista Luciana Bento explica que o paciente com diabetes pode ter graves complicações caso não use a medicação corretamente. "O controle dos níveis de glicemia no sangue resulta em problemas diversos, desde alteração da consciência, que chamamos de coma, até cegueira e amputações nos membros inferiores. O açúcar no sangue é ácido, queima os vasos e afeta principalmente a região dos olhos e as pernas".

VIOLÊNCIA EM LAVA A JATO

Familiares de Wesner protestam na Capital

VALQUÍRIA ORIQUI

Um mês depois da morte de Wesner Moreira da Silva, 17 anos, familiares voltaram a protestar, ontem, em Campo Grande para exigir a prisão dos responsáveis. Wesner foi morto após ter mangueira de ar compressor inserida no ânus, em lava a jato da Capital.

Com faixas, cartazes e vestidos de camisetas com a foto do adolescente, cerca de 30 pessoas seguiram até a frente do prédio do Fórum de Justiça, onde gritavam palavras de ordem como "queremos justiça" e "cadeia neles".

Desolada, a mãe de Wesner, Marasilva Moreira, 44 anos, chorou por diversas vezes durante a manifestação. "A dor é muito grande. Peço a Deus para me manter de pé, só ele

para me confortar. Não tenho mais meu filho para poder abraçar. Minha casa ficou vazia, nada preenche esse vazio", lamentou a dona de casa.

O adolescente morreu depois de ter ficado 11 dias em recuperação na Santa Casa da Capital. A mangueira de alta pressão foi inserida no ânus no rapaz pelo chefe e por um colega de trabalho, no dia 3 de fevereiro. A morte foi causada por sangramento contínuo na altura do estômago, seguido de parada cardiorrespiratória.

"Antes de falecer, meu filho disse que perdoava eles, mas queria justiça e pediu que fossem presos", disse Marasilva. "Ele não estava roubando ou matando, estava trabalhando", acrescentou.



PROTESTO. Familiares de Wesner reivindicam prisão de acusados